ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aprovado para Sober 2021: 31/5/2021
Aceito para RTMA: 11/3/2022
Período de publicação: 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 19 • 2022)

Como citar o artigo:

SANTOS, I. J. P.; ROCHA, M. S. Rota das Areias e rota Guaxenduba: análise sobre os projetos de turismo de base comunitária no território Lençóis Maranhenses/Munim, no Maranhão. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 19, p. 131-151, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v8i19.p131-151

ROTA DAS AREIAS E ROTA GUAXENDUBA

ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO LENÇÓIS MARANHENSES/MUNIM, NO MARANHÃO

Itaan de Jesus Pastor Santos[1]
Michelle Santos Rocha[2]

Resumo: Este artigo apresenta uma análise sobre projetos de turismo de base comunitária no Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim, no Maranhão, a partir do cenário da política pública do turismo, dos olhares dos interlocutores e atores locais dos projetos, assim como dos obstáculos e desafios identificados. Os projetos pesquisados são a Rota das Areias (Santo Amaro do Maranhão) e a Rota Guaxenduba (Icatu), ambos em fase de implantação. A metodologia utilizada teve uma abordagem qualitativa e foi constituída pela sistematização de dados bibliográficos e documentais, aplicação de entrevistas nas comunidades e observação participante. Os dados apontam que, mesmo em fase de implantação, os projetos estudados já oportunizam aos moradores das comunidades envolvidas no projeto perspectivas reais de geração de trabalho e melhoria na renda gerada a partir de produtos locais. A principal conclusão é que os dois projetos se alicerçam na esperança dos moradores das comunidades integrantes das rotas pelo reconhecimento e a valorização das relações existentes entre cultura, natureza e os moradores locais como elementos marcantes do TBC.

Palavras-chave: turismo de base comunitária, Rota das Areias, Rota Guaxenduba, Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim.

[1] Médico veterinário, doutor em Agronomia, professor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), São Luís, MA.
E-mail: itaanps@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-4710-7684

[2] Turismóloga, mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema), São Luís, MA.
E-mail: mimi.slz@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8945-1347

ROUTE OF SAND AND GUAXENDUBA ROUTE: ANALYSIS OF COMMUNITY BASED TOURISM PROJECTS IN THE LENÇÓIS MARANHENSES / MUNIM TERRITORY IN MARANHÃO

Abstract: This article aims to present an analysis of community-based tourism projects (TBC) in the Lençóis Maranhenses / Munim Rural Territory in Maranhão, based on the scenario of public policy on tourism, the views of local interlocutors and actors in the projects, as well as obstacles and identified challenges. The researched projects are the "Rota das Areias" (Santo Amaro do Maranhão) and the "Rota Guaxenduba" (Icatu), both in the implementation phase. The methodology used had a qualitative approach and consisted of systematizing bibliographic and documentary data, applying interviews in the communities and participant observation. The data indicate that, even in the implementation phase, the projects studied already provide the residents of the communities involved in the project with real prospects of generating work and improving income generated from local products The main conclusion is that the two projects are based on the hope of the residents of the communities that make up the routes for the recognition and appreciation of the existing relationships between culture, nature and local residents as key elements of TBC.

Keywords: community-based tourism, Route of the Sands, Guaxenduba Route. Rural Territory Lençóis Maranhenses/Munim.

ROTA DAS AREIAS Y ROTA GUAXENDUBA: ANÁLISIS DE PROYECTOS DE TURISMO DE BASE COMUNITARIA EN EL TERRITORIO LENÇÓIS MARANHENSES/MUNIM EN MARANHÃO

Abstracto: Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis de los proyectos de turismo de base comunitaria (TBC) en el Territorio Rural Lençóis Maranhenses/Munim en Maranhão, a partir del escenario de la política pública de turismo, desde la perspectiva de los interlocutores y actores locales en los proyectos, así como como obstáculos y obstáculos desafíos identificados. Los proyectos investigados son la "Rota das Areias" (Santo Amaro do Maranhão) y la "Rota Guaxenduba" (Icatu), ambos en fase de implementación. La metodología utilizada tuvo un enfoque cualitativo y estuvo constituida por la sistematización de datos bibliográficos y documentales, aplicación de entrevistas en las comunidades y observación participante. Los datos indican que, incluso en la fase de implementación, los proyectos estudiados ya brindan a los habitantes de las comunidades involucradas en el proyecto, perspectivas reales de generar trabajo y mejorar los ingresos generados a partir de los productos locales. La principal conclusión es que los dos proyectos parten de la esperanza de los pobladores de las comunidades que forman parte de las rutas por el reconocimiento y valoración de las relaciones existentes entre cultura, naturaleza y pobladores locales como elementos llamativos de la TBC.

Palabras clave: urismo de base comunitaria, "Rota das Areias", "Rota Guaxenduba", Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim.

Introdução

Por muito tempo, o turismo no Brasil foi visto como algo sem muita importância e secundário no âmbito da administração pública federal, em que sequer havia uma política de turismo. Passou a ganhar maior notoriedade apenas nas últimas 3 décadas do século XX, quando a ativi-

dade turística passa a ter um peso econômico mais expressivo e algumas iniciativas de planejamento vão sendo mais bem organizadas, tornando o Estado um indutor do desenvolvimento da atividade. Os discursos políticos e os planos estratégicos para a concessão de crédito e incentivos apontam uma dinâmica econômica como solução esperançosa para o destino turístico, passando por cima de outros impactos que a atividade pode gerar.

> É nesta concepção que o turismo globalizado passou a ser um atrativo para os governantes, que percebem o espaço como uma oportunidade de promover o desenvolvimento em seus países, tornando-os destinos turísticos, na confiança de que haverá melhoras para a economia, como o aumento da geração de emprego, arrecadação de impostos, geração de divisas, entre outras (PEREIRA JÚNIOR; PETRUS, 2019, p. 6).

Em 1990, inspirado em resultados econômicos da atividade turística em outros países, almejando controlar a crise dessa década, o Brasil desenvolve uma política nacional de turismo. A partir daí novos espaços passam a ser trabalhados como destinos turísticos no país orientados por instrumentos de planejamento voltados para os estados ou para regiões, como o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal.

No Maranhão, o fenômeno de turismo se torna mais incisivo na primeira década do século XXI, quando a Secretaria de Turismo do Estado (Setur) elabora um plano de turismo no ano de 2010: o Plano Maior 2020 – Plano de Desenvolvimento Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão, que planeja o desenvolvimento do turismo no estado por 1 década. Dos 10 polos turísticos criados pelo Plano Maior para impulsionar a economia do turismo no Maranhão, os investimentos foram concentrados principalmente nos polos São Luís, Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas. Estes são considerados indutores do desenvolvimento turístico no estado compondo os principais atrativos e as melhores infraestruturas para a atividade. Paralelamente a isso, com o objetivo de descentralizar o turismo no Brasil e promover o desenvolvimento regional, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, mapeia o país em roteiros turísticos. Almeja integrar alguns roteiros buscando a ascensão da atividade. É nessa lógica que surge a "Rota das Emoções", que compreende a rota das praias do Litoral Oriental do Maranhão, o Litoral do Piauí e o Litoral Ocidental do Ceará, perpassando pelas unidades de conservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e do Parque Nacional de Jericoacoara, respectivamente.

O desenvolvimento da Rota das Emoções, que viaja pela BR-402 (Bacabeira a Barreirinhas), inaugurada em 2002, adquire maior impulso no Maranhão com a construção das estradas como a MA-315, que interliga os municípios de Barreirinhas, MA, e Paulino Neves, MA, e a MA-320, interligando o município de Santo Amaro, MA, à BR-402. Com isso, o acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é facilitado, dando mais conforto, rapidez e segurança para se deslocar dentro da região. Além do mais, a proximidade com um destino turístico internacional mais procurado, como Barreirinhas, beneficia os outros municípios próximos pertencentes ao polo turístico dos Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz e Santo Amaro) e beneficia outro polo turístico que fica no corredor da Rota das Emoções, o Polo Munim (Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário).

O ano de 2019 marcou o setor do turismo no Maranhão. De acordo com a Setur (MARANHÃO, 2021), em 2018 "desembarcaram no Aeroporto Marechal Cunha Machado, em São Luís, pouco mais de 1,5 milhão de passageiros, e em 2019 esse número subiu para a marca dos quase 2 milhões de visitantes". No último estudo do PIB (2018) divulgado pelo IBGE (MARANHÃO, 2021), "o Maranhão foi o estado do Nordeste que apresentou maior crescimento, com 2,9%, valor acima da média nacional, que ficou em 1,8%". Esse mesmo estudo também revela que as atividades de turismo, como hospedagem e alimentação, além das áreas de transporte, armazenagem e correio, tiveram crescimentos reais de 7,2% e 8,2%, respectivamente, movimentando economicamente o comércio e os serviços turísticos locais.

É inegável que as ações do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, entre outras iniciativas da esfera pública federal, estadual e municipal, impulsionaram o fortalecimento e o fomento dos destinos turísticos do país, aumentando significativamente a geração de trabalho no setor formal e informal. No entanto, a melhora da economia nem sempre quer dizer maior qualidade de vida. Trabalhar em ações que visam só o aumento de fluxos de turistas sem se importar com os efeitos produzidos no local de destino dos turistas tem ocasionado impactos negativos na estruturação dessas localidades, como os empregos precários, salários baixos e a desigualdade social.

> A falta de controle das atividades gera um grande número de empregos informais e uma concentração dos lucros a grandes empresários, como o setor hoteleiro, por exemplo. Também existe um grande risco de gerar o turismo de massa, categoria essa prejudicial para o desenvolvimento local, com poucos benefícios líquidos, além de contribuir para a perda da cultura local (PEREIRA JUNIOR; PETRUS, 2019, p. 16).

O turismo de massa está ligado à ideia de um turismo de baixo nível de qualidade porque seu interesse é desenvolver o turismo em termos de número de turistas, sobrepondo a quantidade à qualidade. O turismo de massa não se interessa pela cultura nem pelo desenvolvimento local, não traz benefícios para a comunidade local, e sim concentra os benefícios para os grandes empresários. É uma forma de fazer o turismo de "cima para baixo", desconectado da realidade. Esse modelo de turismo pode gerar danos quase irreversíveis, como a degradação do ambiente local, extinção da cultura, capitalização do mercado, conflitos com a população local, exclusão social da comunidade receptora, entre outros. Ruschmann (1999, p. 34) realça essa visão quando diz que a "explosão da demanda turística e a saturação dos núcleos receptores degradam a natureza e as comunidades locais".

Como alternativa para minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios gerados pelo turismo, outras formas de organizar essa atividade foram surgindo de maneira bem discreta. Atualmente, no Brasil, há diversas iniciativas de turismo alicerçadas nos modos de vida, no território, na mobilização e organização social das comunidades receptoras do turismo. Nesse sentido, o turismo de base comunitária se apropria como um turismo bem diferente, que não exige grande infraestrutura e serviços e que tem sua sustentabilidade na valorização dos ambientes naturais e da cultura local. Bursztyn *et al.* (2009, p. 86) falam que não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade diferenciado, em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija

a um mesmo destino". Para Gomez *et al.* (2015, p. 1219), "valoriza-se o local e a diversidade, e seus atores compartilham valores e princípios distintos dos roteiros turísticos tradicionais".

O TBC se estrutura nas experiências e vivências das comunidades, podendo inserir novos e diferentes arranjos produtivos econômicos, culturais e sociais. Os atores locais desse modelo de turismo atuam de forma participativa nos processos de decisão e organização, atingindo o protagonismo no planejamento, na execução e na gestão de atividades associadas ao turismo e ao modo de vida do lugar. Entre os diversos benefícios do TBC estão a garantia do direito ao território tradicional, valorização ambiental e cultural, geração de emprego e renda complementar.

No Brasil, a primeira e única ação de política pública que fomentou iniciativas de TBC foi por meio do Edital de Chamada Pública de Projetos do Ministério do Turismo-MTur/nº 001/2008, selecionando 50 propostas de projetos de TBC.

> Esta expectativa foi amplamente superada, com recebimento de mais de 500 projetos... Todas as Unidades da Federação e o Distrito Federal enviaram propostas... Observamos uma grande variedade de instituições que apresentaram propostas entre elas o poder público municipal e estadual, organização sem fins lucrativos de naturezas diversas como aquelas representativas do turismo, instituições de ensino superior, associações, cooperativas, e diversas entidades comunitárias (SILVA *et al.*, 2009, p. 365-366).

Isso tende a ilustrar um potencial de desenvolvimento do TBC no país. Desde então, nenhuma outra ação de política pública voltada para o TBC foi desenvolvida.

No Maranhão, o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (Labex), da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), tem desenvolvido pesquisa, extensão e atividades de desenvolvimento em turismo de base comunitária desde que passou a atuar no território Lençóis Maranhenses/Munim. É composto por uma equipe técnica de professores, técnicos, alunos de graduação e de pós-graduação, que identificaram o grande potencial turístico desse território, em especial por meio de trocas positivas na relação das comunidades rurais com o turismo. Desde 2016 o núcleo vem desenvolvendo projetos de turismo de base comunitária, como a Rota Guaxenduba, em Icatu, localizado no Polo Turístico do Munim, e a Rota das Areias, em Santo Amaro do Maranhão, pertencente ao Polo Turístico Lençóis Maranhenses. E como se estruturam esses dois projetos de TBC? O que estão movimentando e para quem? Quais são os obstáculos e os desafios que enfrentam?

Este artigo apresenta uma análise desses dois projetos, considerando os discursos e os olhares de interlocutores e dos atores locais diante do processo de construção de uma rota de turismo comunitário e os desafios para o seu planejamento e gestão. Almeja-se esclarecer todo o processo, desde a concepção, passando pelo planejamento e pela gestão dos projetos, ambos ainda em fase de implantação. Para a realização da pesquisa se fez necessário o levantamento bibliográfico com consultas a livros, artigos científicos e periódicos para embasamento teórico. Também foi realizado estudo de campo, por meio de entrevistas com moradores das comunidades das rotas e observação direta feita pelos pesquisadores.

Vale destacar que um dos autores desta pesquisa teve participação direta no levantamento de dados, utilizando a técnica de observação participante, no caso a turismóloga, que possui uma experiência profissional nessa região e compõe a equipe de coordenação dos projetos em ques-

tão, ou seja, é interlocutora desses projetos. A observação participante foi o método adotado para chegar às respostas subjacentes ao discurso e ao comportamento dos indivíduos em relação ao contexto do turismo de base comunitária (significados, modo de organização e atores envolvidos) e em uma perspectiva de planejamento e gestão do processo (dificuldades e facilidades, monitoramento e viabilidade financeira).

O artigo, portanto, está estruturado em três partes. A primeira parte aborda a fundamentação teórica sobre turismo de base comunitária que nos permite compreender como esse modelo de turismo é aplicado nos destinos turísticos. Na segunda parte se discorre sobre o contexto dos projetos de TBC, Rota Guaxenduba e Rota das Areias, de acordo com os objetivos da pesquisa. E por fim, fazemos as considerações finais diante das reflexões sobre os projetos em foco e das expectativas de como o TBC tende a se desenhar no território Lençóis Maranhenses/Munim.

Breves apontamentos sobre o turismo de base comunitária

Os impactos negativos que o turismo de massa ocasiona vêm sendo alvo de constante discussão entre as comunidades científicas, profissionais e a sociedade de modo geral, refletindo sobre a atividade enquanto impulsora de degradação ambiental e das relações sociais das comunidades receptoras. É comum observarmos uma segregação entre os empresários, as comunidades e os turistas. A atividade é organizada pelos investidores com fins unicamente comerciais, que passam a atrair, cada vez mais, número maior de visitantes, manifestando alto grau de insensibilidade dos turistas para com os destinos e a comunidade local, impossibilitando a interação turista-território, levando as populações receptoras à margem ou à exclusão das atividades turísticas.

Em contraponto ao turismo de massa, surge o TBC, que propõe nova dinâmica de reestruturação econômica caracterizada por ações socialmente coletivas. Sua proposta é de um turismo no qual a própria comunidade tenha autonomia na administração e organização da atividade turística de forma cooperativa, sustentável e preservando seus valores e tradições, tornando-se a grande protagonista do turismo.

> O turismo de base comunitária (TBC) ou turismo comunitário, versa em um exemplo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos humanos, naturais e de infraestrutura. Assim, carrega em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e aparelhos turísticos (COSTA, 2013, p. 124).

Nessa forma de organizar a atividade turística, a natureza, as tradições, a cultura e as fontes de renda, como as atividades de criação de animais e agricultura, continuam as mesmas, e o turismo se torna renda complementar e uma forma de difundir e agregar valores ao modo de vida das comunidades.

Modelos alternativos de turismo surgem pela necessidade dos próprios moradores, que enxergam no turismo meios de aumentar a renda, como também pelo novo comportamento dos turistas que passam a abraçar causas em prol de questões ambientais, gênero, minorias étnicas e defesa da vida.

> Novos padrões de consumo no século XXI levaram a uma crescente popularização do turismo e a uma maior procura por experiências turísticas diferenciadas. A demanda

> tornou-se mais exigente e variada, focando cada vez mais na qualidade e exprimindo necessidades relacionadas à cultura e ao meio ambiente, exigências que se contrapõem ao turismo de massa (ZAOUAL, 2009, p. 57).

Outro item com o qual o TBC se contrapõe ao o turismo de massa está em sua prática relacionada a preservação e conservação do meio ambiente local, também na redução da pobreza com geração de trabalho e renda para o conjunto das famílias que vivem nas comunidades onde as atividades ocorrem, sempre extrapolando para as comunidades do entorno.

> A ideia é de repensar e reordenar o desenvolvimento local de forma a nele equilibrar os três pilares da sustentabilidade – equidade, meio ambiente e economia – beneficiando o pobre, trabalhando com necessidades e circunstâncias locais e promovendo igualdade enquanto também se encorajam práticas ambientalmente responsáveis (CARADONNA, 2014, p. 221).

Em virtude disso, o TBC começa a ser visto como ação estratégica, posto que o Ministério do Turismo (BRASIL, 2013) o julga uma prioridade para aquecer o turismo sustentável. Desse modo, é necessário que o Estado escute as comunidades, para que não se elaborem políticas de "cima-para-baixo".

> [...] ao colocar os moradores locais no papel de protagonistas da atividade turística, o turismo de base comunitária, mais que um modelo alternativo ao eixo convencional do turismo, representa um mecanismo de transformação social das comunidades, que são empoderadas para assumir papel ativo e criativo no desenho de seu próprio futuro (SACHS, 2008, p. 61).

O TBC constitui um processo participativo, no qual a comunidade se apropria da condução das atividades turísticas e têm a oportunidade de desenvolver habilidades e trabalhar coletivamente. Ela assume diversas atividades para receber seus visitantes, como atividade de guia; oferece serviços básicos, como pousadas, restaurantes, condutores de transportes turísticos, etc. Com isso, a comunidade se sente segura para melhor interagir com os turistas e com outras comunidades e lutar por seus interesses diante de grupos econômicos e do próprio estado.

> Essa interação ocorre, usualmente, durante a hospedagem domiciliar ou em pousadas, a alimentação com base em uma culinária regional e produção familiar e a realização de passeios na comunidade visitada. No TBC, os moradores receptores não representam apenas a mão de obra e os turistas não são mais vistos como sinônimo de lucro. Sendo assim, a proposta de turismo de base comunitária tende a buscar mais do que visitar atrações turísticas e, sim, ofertar aos visitantes a experiência do modo de vida na comunidade do jeito que ela realmente é, fortalecendo, dessa forma, a relação entre ambos, permitindo um intercâmbio cultural de experiências, conhecimentos e saberes (CORIOLANO *et al.*, 2013, citados por MORAES *et al.*, 2017, p. 7).

É um turismo administrado por pessoas que conhecem bem o local em que residem, oferecendo ao turista uma viagem intercultural. O anfitrião permite ao turista vivenciar a rotina e a cultura do seu povo, sendo um momento memorável que promove a troca de experiência e a valorização da história. "Enfatiza-se o convívio do visitante com o cotidiano das comunidades,

oferecendo-lhes diferentes experiências, tais como a participação em cerimônias locais e a hospedagem nas casas dos próprios moradores" (GOMÉZ *et al.*, 2015, p. 1214).

> A história da comunidade e suas atividades tradicionais são elementos importantes para a elaboração de produtos de ecoturismo que valorizem a cultura local, com grandes chances de, nesse processo, a própria comunidade conhecer-se melhor e compreender a sua influência na definição das características do destino (WWF-BRASIL, 2003, p. 52).

Os projetos de TBC geralmente são implantados em lugares rurais com grande riqueza ecossistêmica e população com baixo nível socioeconômico onde vivem basicamente de atividades produtivas tradicionais, como agricultura e criação de animais. Normalmente, a maior parte dos projetos de TBC são desenvolvidos com apoio de parcerias de universidades, ONGs, poder público local, estadual e federal e outros agentes que induzem o desenvolvimento da atividade turística em comunidades tradicionais.

É importante e essencial que a comunidade receptora perceba o potencial turístico do lugar em que mora e assuma a responsabilidade na atividade de forma efetiva em todas as fases do projeto (planejamento, implementação e gestão) para garantir que grande parte dos benefícios gerados fiquem na própria localidade.

Outro ponto importante a mencionar é que o turismo de massa pode gerar relações com alguns movimentos políticos e sociais, como as lutas e resistências dos indivíduos pela posse da terra, pelo direito à moradia e outros, além de outros impactos como degradação de ambientes naturais, modificação de costumes e de valores tradicionais, especulação imobiliária e consequente exclusão territorial de moradores. Dessa forma, o TBC requer uma atenção especial para os problemas sociais, culturais e ambientais das comunidades de destino.

Análise dos Projetos de TBC no Território Lençóis Maranhenses/Munim, no Maranhão

A observação participante foi o método empregado para desenvolver a análise dos projetos visando atingir os resultados subjacentes ao discurso e ao comportamento dos indivíduos em determinadas conjunturas, como complemento às entrevistas semiestruturadas. O propósito foi apreciar os resultados alcançados nessas iniciativas, sob a ótica dos atores locais, ao turismo de base comunitária quanto ao seu significado e organização, e por uma perspectiva de planejamento e gestão do processo, como as dificuldades e facilidades, monitoramento e viabilidade financeira.

Os dois projetos de TBC sistematizados são coordenados pelo Labex, da Universidade Estadual do Maranhão (UFMA). O Labex existe desde 2009 e está diretamente ligado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA). A priori era tido como um espaço no qual podiam ser discutidas ações e metodologias sobre extensão universitária. A sua principal importância era permitir que os alunos de graduação pudessem conhecer a dinâmica do rural, entretanto, conforme o passar do tempo, e na proporção em que projetos foram sendo executados, a relação com as comunidades rurais e com as instituições foram permitindo ações de pesquisa e desenvolvimento juntamente com as atividades prioritárias de extensão. Com isso, além do CCA, o Labex articula-se com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR). O núcleo

tem como área de atuação os territórios rurais Lençóis Maranhenses/Munim e Campos e Lagos e, indiretamente, o Médio Mearim e o Vale do Itapecuru. Sua equipe é composta por professores do CCA, por técnicos das áreas de agronomia, economia, engenharia de pesca, políticas públicas e zootecnia; estudantes de pós-graduação do PPDSR; e estudantes de graduação dos mais diversos cursos da Uema. O Labex já tem parcerias fixas, de longo tempo, com os colegiados territoriais dos territórios citados, com a Agerp, a Fetaema, com o Conleste Maranhense e com o Fórum de Políticas Públicas da Juventude Baixadeira (FPPJB), e com várias secretarias de estado, como da Agricultura Familiar e Igualdade Racial, e municipais das prefeituras dos territórios citados (especialmente de agricultura, de turismo, de meio ambiente e de cultura).

O carro-chefe do núcleo são projetos de extensão voltados para as ciências agronômicas. Uma das principais adversidades que vem afligindo as famílias rurais maranhenses que vivem basicamente da agricultura e da criação de animais é a sucessão rural. De acordo com a coordenação do Labex, "nas últimas décadas, a agricultura familiar vem encontrando caminhos para superar suas próprias dificuldades depois de enfrentar a pressão das urbanidades, das indústrias e, mais recentemente, do agronegócio". Um desses caminhos está relacionado com as alternativas não agrícolas encontradas nas comunidades rurais. Entre essas atividades, o turismo sobressai por toda a sua importância na geração de trabalho e renda. E, desde que o Labex passou a trabalhar no território Lençóis Maranhenses/Munim, vai se compreendendo uma satisfatória relação entre as comunidades rurais e o turismo quando leva a proposta de implantação do modelo de TBC. Vale destacar que, diante da sua experiência, para a equipe do Labex, a peça-chave para esse processo nas comunidades rurais está na juventude, desde que esta possa ser efetivamente a protagonista nas decisões.

Rota Guaxenduba

Essa rota teve início em 2015, no município de Icatu. A sua origem é a política de desenvolvimento territorial executada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), quando o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim, questionando o modelo de turismo proposto pelos governos, nos três níveis, que impactava fortemente o frágil ecossistema dos Lençóis Maranhenses e de todo o litoral dessa região, além de desorganizar socialmente as comunidades rurais em todos os espaços onde havia algum tipo de atrativo para visitação, subvencionou outro modelo de turismo para esse território.

Nessa situação, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial passou a estimular uma outra prática de turismo no território: modelos de turismo que relacionam a sustentabilidade ambiental, a manutenção dos espaços comunitários, o fortalecimento da cultura regional e local entre outras definições de apoio às comunidades rurais. Foi proposto, então, o modelo de turismo de base comunitária. A partir de então, os representantes do município de Icatu, dentro do Colegiado, expressaram o desejo de desenvolver o turismo do seu município considerando toda a potencialidade relacionada à história como segundo município mais antigo do estado, suas belezas naturais e as características ancestrais das suas comunidades quilombolas e ribeirinhas.

> No território Lençóis Maranhenses/Munim, no estado do Maranhão, o turismo tem sido focado principalmente nos municípios de Barreirinhas (MA) e Santo Amaro do

> Maranhão (MA), desencadeado pelo asfaltamento da rodovia MA-402, em 2001. O potencial de conhecimento pela sociedade e pelo governo municipal das belezas de Icatu, a luz da experiência do turismo em Barreirinhas e Santo Amaro, precisa ser sistematizado e difundido para o praticante do turismo (REGO *et al.*, 2016, p. 3).

Icatu é o segundo município mais antigo do Maranhão e o primeiro habitado pelos portugueses. Considerado o berçário da história maranhense, pois foi palco da Batalha de Guaxenduba, onde ocorreu a expulsão dos franceses do Maranhão, carrega consigo uma rica herança cultural além de ser detentor de exóticas belezas naturais. A agricultura familiar ainda é um dos principais pilares da sua economia, com grande produção de farinha e outros subprodutos da mandioca, além de milho, feijão e melancia, principalmente. Outra parte da economia está voltada para a pesca artesanal, a coleta de sururu e criação de animais de pequeno porte. A atividade turística nessa localidade ainda está em fase de planejamento estratégico, em que são traçados elementos como a visão de futuro para a aplicabilidade do turismo.

Em função das discussões ocorridas dentro do Codeter, a equipe local de Icatu articulou com o Labex para criar uma rota de turismo de base comunitária. Na oportunidade foi considerada a comunidade rural de Santa Maria de Guaxenduba como referência, e como essa comunidade já recebia turistas por localizar-se no litoral, a ideia era construir um roteiro que seguisse da sede do município até Santa Maria, cruzando no caminho ou nas proximidades os espaços de 18 outras comunidades. Uma primeira articulação entre a equipe local do Codeter e o Labex propunha que a parceria fosse estendida para o governo do estado e a prefeitura municipal. Seu principal objetivo era oportunizar geração de renda a essas comunidades pegando carona da rota turística nacional, a Rota das Emoções.

Daí a importância de promover o TBC pelo projeto, para que se tivesse a preocupação de que essa modalidade de turismo não fosse trabalhada somente a partir do desenvolvimento econômico, mas principalmente do desenvolvimento social, cultural e intelectual. Para isso, uma das estratégias do planejamento era fortalecer as atividades produtivas que já são executadas na localidade.

> O turismo rural apresenta-se como uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementarem sua renda, baseada na pluriatividade das unidades familiares de produção e domínio sobre o conhecimento empírico territorial (REGO *et al.*, 2016, p. 3).

A primeira etapa do projeto da rota ocorreu em 2016. Nessa etapa foi feito um diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades, sob a coordenação da equipe técnica do Labex da qual faziam parte professores, técnicos e estudantes de graduação, em parceria com a equipe local do Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Foram levantadas as condições ambientais, a infraestrutura disponível em cada comunidade, a história dos grupos sociais, em especial os quilombolas, além da dinâmica cultural, sempre na perspectiva de identificar as potencialidades locais para a implantação do TBC. De acordo com Rego *et al.* (2016), o objetivo era diagnosticar e identificar as potencialidades locais para a promoção do turismo rural.

Também houve vários encontros com a participação das comunidades e das secretarias municipais de cultura e turismo, meio ambiente e agricultura. Rocha e Santos (2020, p. 201) dizem

que essas reuniões aconteceram com o intuito de orientar os moradores sobre como deveriam se organizar e assumir sua inclusão na dinâmica do turismo. A maior parte do público era composto por jovens. Durante as reuniões, percebia-se certo entusiasmo pela proposta, tanto das comunidades como do poder público municipal que estava presente, e o tema "turismo comunitário" era bem novo para todos, o que, de certa forma, potencializava esse entusiasmo. A equipe local do colegiado fez o lançamento da rota num grande evento no município com a participação de vários secretários de estado.

Entretanto, houve grande dificuldade desses atores em assumir uma responsabilidade pelo projeto, pela própria novidade para todos, que era o turismo de base comunitária. A diminuição da mobilização acabou por provocar uma parada nas atividades, especialmente porque o projeto que o Labex vinha desenvolvendo se encerrou, e porque a SEIR priorizou trabalhar a infraestrutura nas comunidades quilombolas. E o projeto parou durante 2 anos.

Em 2017, murmúrios de que um projeto de ferryboat que ligaria São Luís a Icatu movimentaram muitas expectativas na população do município, despertando interesses políticos e empresariais. O atracadouro do ferry seria no povoado de Santa Maria, a principal comunidade da Rota Turística Guaxenduba. Com isso, outro encontro foi realizado com a presença de representantes das comunidades do Labex, representantes de algumas secretarias municipais de Icatu e da Secretaria Estadual do Turismo. Na ocasião foram discutidas ações para desenvolver a rota em função da nova dinâmica que estaria por acontecer, ações essas que dividiram opiniões. No entanto, o projeto do ferryboat não foi adiante, não sendo efetivada nenhuma ação proposta.

Em 2018, o professor Itaan Santos aprovou um projeto na Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (Fapema) buscando promover trabalho e renda para jovens de comunidades quilombolas da microrregião do Baixo Munim, que faz parte do Território Rural Lençóis Maranhenses e Munim. Uma das comunidades que fazia parte do projeto era Santa Maria de Guaxenduba. Dessa forma, o Labex volta a atuar em Icatu, especificamente em Santa Maria. Logo a equipe descobre a existência do grupo Jovens em Ação, que atua naquela comunidade e em várias outras no entorno. Com esse grupo passa a trabalhar com projetos produtivos em horticultura e ostreicultura. Depois de desenvolverem várias atividades em parceria, a equipe do Labex propôs ao grupo Jovens em Ação uma retomada do projeto da Rota Guaxenduba, no qual os jovens seriam os principais protagonistas.

A partir da decisão do grupo, e de outras pessoas do município, em 2019, a equipe do Labex partiu para uma pesquisa sobre a percepção da comunidade e de pessoas que faziam parte do poder público municipal de Icatu sobre a Rota Guaxenduba. Foram 22 famílias entrevistadas em Santa Maria, 4 representantes das secretarias de Cultura, Meio Ambiente e Turismo, Agricultura e da Mulher e 1 suplente de senador icatuense. O objetivo era identificar a posição de cada pessoa sobre a retomada do processo de construção da rota.

O resultado das entrevistas mostrou que três famílias não têm interesse na prática do turismo, nem mesmo de forma indireta, mas que outras três famílias ofertam serviços turísticos de forma direta e duas de forma indireta, sendo que essas atividades são frutos das sementes plantadas pelo projeto Rota Guaxenduba, posição com a qual concordam os gestores entrevistados, que, inclusive, estiveram participando das atividades da rota que foram desenvolvidas anteriormente.

Entre todas as observações a que mais marcou foi a responsabilidade dada ao gestor maior, no caso o prefeito, pela falta de interesse, apoio e participação no processo de instalação da rota, posição defendida tanto pelos moradores de Santa Maria quanto pelos gestores. Outra unanimidade nas respostas é a percepção dos entrevistados em relação à importância do turismo considerando uma atividade que melhora a qualidade de vida já sendo perceptível no próprio povoado de Santa Maria de Guaxenduba.

Nota-se, com o resultado desta pesquisa, que há um grande interesse dos atores locais em retomar os trabalhos da Rota Guaxenduba, o que parece estimulante para todos, mas não suficiente. Era necessário mais. A busca da comunidade por novas iniciativas foi fundamental para a articulação participativa dos atores sociais do TBC nos processos de implementação, planejamento, monitoramento e gestão da atividade que foi retomada em 2020.

Desse modo, um novo planejamento foi feito utilizando como referência o povoado de Santa Maria de Guaxenduba articulado com outros povoados que fazem fronteiras ou ficam próximos. O ano, no entanto, não foi favorável, em função da crise sanitária instalada a partir da pandemia provocada pela Covid-19. Parte das atividades ocorreu de forma virtual e parte presencial, assim como a presença dos turistas, que foi suspensa, em vários momentos, pela Secretaria Municipal de Saúde.

A primeira atividade de trabalho entre o Labex e os participantes do grupo que estava se propondo a coordenar o novo projeto da rota ocorreu em agosto de 2020, de forma virtual. Na oportunidade, a turismóloga da equipe ministrou palestra apresentando alguns dos princípios em que se baseiam o turismo de base comunitária. Um tanto diferente, mas necessário e seguro para a vida de todos, o novo normal já é fato consumado principalmente para a prática do turismo. O segundo momento foi um resultado do primeiro e foi presencial, no povoado de Jussatuba, seguindo todas as medidas para enfrentamento da Covid-19 indicadas pelo Ministério da Saúde. Na oportunidade, os jovens do grupo Jovens em Ação fizeram a apresentação das potencialidades turísticas dos seus povoados. Nos debates os jovens puderam concluir que o turismo de base comunitária unifica os segmentos ecoturismo, turismo cultural e turismo rural. O projeto pretende organizar o turismo ecológico e cultural comunitário embasado na valorização das práticas locais para a conservação do ambiente e das tradições culturais.

Nesse primeiro contato a equipe do Labex, juntamente com os Jovens em Ação e os moradores da comunidade, decidiu confirmar Santa Maria de Guaxenduba como referência para essa nova proposta da Rota Guaxenduba, principalmente porque a comunidade fazia parte do projeto anterior e, principalmente, porque na atualidade já possui um razoável fluxo turístico. A nova Rota, portanto, partiria de Santa Maria e seguiria por outras comunidades próximas, casos de Jussatuba, Arraial, Boca da Mata, Itatuaba, Olho D'água, Axixá e Mata.

A segunda etapa do curso realizou-se de forma presencial no povoado Santa Maria de Guaxenduba. Ao final dessa etapa foi criado um grupo de conversas em uma rede social para facilitar a comunicação entre todos os participantes e para garantir uma boa transferência de informações sobre o projeto e tudo o mais que os jovens do grupo Jovens em Ação, a equipe do Labex e os moradores da comunidade possam incluir que seja referente ao turismo. A partir das primeiras discussões todos os participantes passaram a identificar itens que poderiam fazer

parte da proposta da rota, incluindo histórico das comunidades, caraterísticas ambientais, belezas naturais, pratos da gastronomia local. Em uma dessas atividades, jovens moradoras descobriram um poço construído por escravos no povoado Axixá. Um município histórico propício a muitas descobertas, e o envolvimento da comunidade nessa descoberta gera o sentimento de valorização, fazendo parte dos elementos do TBC. O projeto vai reescrevendo seu planejamento diante de cada especificidade que vai surgindo.

Nos encontros seguintes foi trabalhada a iniciação de construção de roteiros com as atividades turísticas que já podem ser viabilizadas, como as trilhas arqueológicas, naturais, passeios náuticos, agenda cultural. Paralelamente, a equipe do projeto se articulou para buscar novas parcerias que se deram com a Secretaria do Estado de Turismo (Setur), a Secretaria do Estado de Cultura (Secma) e a Prefeitura Municipal de Icatu, com articulações com as secretarias de cultura e de meio ambiente e turismo. Para a equipe do projeto, a articulação de parcerias é estratégica para potencializar o funcionamento da rota, pois é por intermédio dessas novas parcerias que deverão ocorrer o estabelecimento de oficinas, projetos e cursos.

Um cronograma com todas as atividades e etapas do projeto foi montado para que o lançamento da Rota Guaxenduba culminasse com a semana do aniversário do município. Contudo, no mês de março de 2021, as atividades presenciais foram suspensas novamente por conta do aumento de contágio por Covid-19, e o cronograma teve que ser repensado. Diante disso, a equipe se reuniu e traçou atividades que pudessem ser executadas de forma virtual para que nem tudo ficasse parado, como a criação da logomarca, que está em andamento. Na interação via redes sociais, por postagem de fotos e vídeos, os participantes do grupo sempre mostram as atividades que são desenvolvidas e as novidades que acontecem nos povoados. Vale destacar que a Rota Guaxenduba tem características de um macroprojeto que deve subsidiar vários outros projetos diante de decisões internas, em acordo com as parcerias firmadas. O mais recente projeto incluso na rota, sinalizado pelo grupo Jovens em Ação, é o de revitalização de alguns rios e lagoas das comunidades. Diferente do início do projeto, percebe-se uma participação e entusiasmo mais atuantes dos jovens no projeto.

As comunidades da rota possuem infraestrutura precária para o turismo convencional, mesmo aquele desenvolvido localmente, e que precisa se adequar ao modelo de base comunitária, ressaltando-se a importância de estratégias e parcerias que permitam a participação do maior número possível de famílias. Nesse sentido, a equipe negocia com a prefeitura municipal para melhorar os acessos entre as comunidades e dentro das próprias comunidades, já havendo acordo para o calçamento das ruas de Santa Maria de Guaxenduba.

E finalmente, a iniciativa aguarda o cenário pandêmico melhorar para que retorne com todas as suas atividades e siga as próximas etapas do projeto.

Rota das Areias

Em 2018, o projeto de turismo comunitário Rota das Areias originou-se de outro projeto denominado Comunidade de Referência em Produção Agroecológica: Uma Alternativa para a Melhoria da Qualidade de Vida da Sociedade Rural de Santo Amaro do Maranhão, que faz parte do edital 2018–2020 do Programa Mais Extensão, da Uema. Seu objetivo inicial era criar uma

Comunidade de Referência em Produção Agroecológica (CRPA) que fosse um ponto de orientação para articular arranjos comunitários a partir das atividades agropecuárias, de cultura e turismo praticadas pelas famílias moradoras da comunidade Satuba, no município Santo Amaro do Maranhão. No entanto, nas primeiras reuniões com os moradores de Satuba, que seria a CRPA, ficou claro que as famílias queriam mesmo era integrar a comunidade nas atividades turísticas. Com a inauguração da Rodovia MA-320, alguns meses antes, configurou-se uma nova dinâmica do turismo no município, com considerável demanda de turistas por rotas alternativas aos roteiros tradicionais, incluindo um caminho que seguia pela comunidade Satuba sem que os moradores locais tivessem algum tipo de ganho, já que os turistas não paravam na comunidade. Todo o capital produzido pelos turistas ficava praticamente com a população da sede de Santo Amaro. Era para aproveitar esse turismo comunitário que as famílias de Satuba propuseram a mudança da proposta do projeto.

Nessa perspectiva surgiu a proposta de uma rota turística de base comunitária, com as famílias de Satuba propondo a inserção de outras duas comunidades: Barra e Buritizal. A proposta inspirou-se na Rota Turística Guaxenduba. Além do Labex, que apresentou a proposta original, duas outras organizações fazem parte dessa parceria inicial: o Conleste Maranhense e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Rural Lençóis Maranhenses e Munim (Codeter).

Os povoados de Barra, Satuba e Buritizal encontram-se no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). A partir da posição do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão que cuida das unidades de conservação no Brasil, o PNLM pode se definir como um potencial importante para o turismo de base comunitária na região, lançando uma estratégia de valorização e proteção de natureza integrado à cultura rural. A região dos Lençóis Maranhenses é famosa mundialmente por suas inúmeras dunas e lagoas de águas cristalinas. As famílias moradoras são simples e hospitaleiras e vivem basicamente do roçado, da criação de galinhas, bodes, suínos, além da pesca artesanal. Têm a tradição das casas de farinha, de assar castanhas, fazer doces e bebidas. Ao contrário da Rota Guaxenduba, e embora pertencente a um polo turístico já considerado indutor de desenvolvimento da atividade turística pelo Ministério do Turismo, nas comunidades da Rota das Areias ainda não existe um fluxo turístico.

Depois das primeiras reuniões para que o projeto fosse redefinido, criou-se uma rota que teria quatro sub-rotas e muitas portas de entrada e saída, inclusive circulando por dentro do PNLM. Do ponto de vista geográfico, para os moradores das comunidades Barra, Satuba e Buritizal, a rota sempre deveria ser iniciada por essa sub-rota que inclui as três comunidades. Mas, na sequência, pode-se seguir por três outras sub-rotas: Espigão - Lavado do Sérvulo - Rancharia; Buriti Grosso - Sucuruju - Lavado do Maneco; Queimada Grande - Boca da Lagoa - Lagoa da Esperança. Ao todo, a Rota das Areias, nome dado pelos moradores de Satuba, contempla 12 comunidades rurais num espaço geográfico de beleza deslumbrante.

O início do projeto se deu com o reconhecimento da área da rota. Uma equipe composta por técnicos do Codeter, do Conleste e do Labex, sob a coordenação do gerente do Labex e de lideranças das comunidades Satuba e Buritizal, contando ainda com a participação de estudantes de graduação da Uema, estagiários e voluntários do Labex, fez o percurso por toda a rota contatando os moradores das respectivas comunidades para discutir a criação do projeto de turismo de

base comunitária com a criação da rota. Nesse percurso foram identificadas as belezas naturais e georreferenciadas todas as comunidades.

Nas atividades que se seguiram, a direção do Labex colocou os alunos de graduação para participar do projeto e executar o diagnóstico socioeconômico das famílias e das comunidades. O trabalho foi dividido em etapas, organizado por sub-rotas. Na primeira etapa foi feito o diagnóstico socioeconômico nas primeiras comunidades: Barra, Satuba e Buritizal. No processo de execução do diagnóstico, a equipe de estudantes também executou o inventário turístico dessas comunidades.

Para o desenvolvimento do projeto a equipe de organização elaborou uma primeira capacitação em turismo de base comunitária aos moradores. Convidou para ministrar o curso uma turismóloga, aluna de pós-graduação do Programa de Desenvolvimento Socioespacial e Territorial (PPDRS). Esse programa é parceiro do Labex, pois o professor coordenador do Núcleo é também professor do programa. Esse curso foi realizado em 2 dias no povoado de Buritizal e atendeu a 42 participantes de um público bem variado, predominando as donas de casa e os jovens de diversas comunidades vizinhas que estavam se integrando ao projeto da rota. Do curso foram extraídas as potencialidades turísticas das comunidades relatadas pelos próprios moradores estruturando um pré-roteiro, um comitê de representantes por segmento turístico, além de obter melhor compreensão sobre significado, organização e gestão do TBC. Na outra etapa, ofereceu-se novamente o curso de turismo de base comunitária para os povoados de Barra e Satuba, com os mesmos objetivos e encaminhamentos.

Em ambos os cursos os participantes foram bastante atuantes. Verificou-se que alguns participantes de outras comunidades já haviam feito investimento em hospedagem tipo redário e serviços de restaurante, já atendendo uma certa demanda de turistas.

Durante a realização dos cursos foi aplicada uma entrevista a grupos focais com intuito de identificar o conhecimento dos participantes sobre TBC antes e depois dos novos conhecimentos aprendidos. Nas duas turmas os participantes foram unânimes sobre desconhecerem o modelo de TBC, sendo o curso total novidade para eles. Entre outras informações, a dinâmica mostrou que apenas uma família já tinha se envolvido com as atividades turísticas, mas que todos gostariam de se envolver em alguma atividade, podendo ser qualquer uma dentro das suas respectivas capacidades desde que houvesse geração de renda para as suas famílias, valorização e reconhecimento das suas culturas, preservação do meio ambiente e, especialmente, melhoria da qualidade de vida da população local. Diante dessas respostas se reafirma o desejo das comunidades de serem inseridas nas práticas do TBC.

No período anterior ao isolamento social causado pela pandemia ou nos intervalos em que as atividades foram liberadas pela prefeitura municipal, pelo ICMBio e pelos órgãos parceiros (Uema e Conleste), o projeto desenvolveu ações de integração e capacitação promovidos com a participação dos estudantes de graduação da Uema que fazem parte do grupo do Labex. Alunos dos cursos de Agronomia, Engenharia de Pesca, Geografia, Medicina Veterinária e Zootecnia ministraram cursos e oficinas, e participando de períodos de estágio vivência quando passaram uma semana inteira nas comunidades Satuba e Buritizal vivenciando a realidade das famílias e

trocando conhecimentos. O projeto da rota turística, portanto, tem gerado conhecimentos diversos que potencializam o aprendizado dos alunos em várias etapas da sua formação acadêmica.

Em algumas atividades desenvolvidas pelo Labex com jovens de Santo Amaro, identificou-se o envolvimento prioritário das famílias rurais com o TBC, com a possibilidade de complemento à renda familiar e de valorização da vida no campo, que resultaria por manter essas famílias em seus territórios de origem. Ao serem indagados sobre a importância do turismo para seus projetos profissionais, foram unânimes em afirmar que gostariam de trabalhar com o turismo substituindo-o pelo trabalho na roça, uma vez que o turismo gera mais renda, dá menos trabalho e oportuniza conhecer muitas pessoas. Eles permaneceriam em suas casas com suas famílias para trabalhar com o turismo. Essa visão vincula a proposta de TBC à valorização do modo de vida no campo combatendo a questão do êxodo rural, forte problema na região.

Nesses intervalos, a equipe de coordenação do projeto buscou articular parcerias para potencializar o projeto. As primeiras instituições procuradas foram o ICMBio e o Sebrae. O ICMBio passou a ser um importante parceiro dada a sua responsabilidade com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, afinal qualquer atividade da rota que passe por dentro do PNLM precisará da liberação do instituto. E como esse órgão prioriza esse tipo de turismo nas diversas unidades de conservação no Brasil, a equipe que coordena o parque passou a se interessar pelo projeto e o apoiar integralmente. O Sebrae também ficou muito interessado em participar do projeto da rota, por intermédio da sua equipe que atua na região. Nessa perspectiva decidiram por fazer um percurso por todo o circuito para conhecer e avaliar. Visitaram algumas comunidades juntamente com a equipe de coordenação, mas o isolamento social dificultou o avanço para o fechamento da parceria.

Muitas atividades marcadas para capacitações e busca por outras parcerias foram interrompidas pela pandemia. E como consequência a Uema teve suas atividades paralisadas, o recurso de execução do projeto foi suspenso, as parcerias que estavam em andamento não foram para frente, o PNLM também fechou e o projeto enfraqueceu, preocupando a todos os envolvidos. Uma das grandes preocupações era a possibilidade de as comunidades não assumirem mais o projeto e que não fosse possível dar andamento às atividades de onde pararam. Em vários momentos, a equipe se reunia, e a preocupação continuava.

Após outro intervalo, quando a equipe pôde se encontrar com outras pessoas, fez-se contato com a Secretaria de Estado do Turismo (Setur). Depois de algumas reuniões ficou acertado que a Setur ficaria responsável por realizar algumas capacitações aos participantes do projeto e por elaborar a logomarca da rota.

Logo foi oferecido o curso de hospedagem familiar "Café e Cama" às três comunidades, realizado no povoado de Satuba. Um fato interessante é que as comunidades se organizaram com a logística de alimentação e transporte dos alunos dos povoados vizinhos até o local de realização do curso, além da hospedagem e alimentação para a equipe de professores. Mostraram nessa ação o poder de articulação, responsabilidade e gerenciamento com o projeto. Eles se sentiram muito empolgados com o curso oferecido, dando uma nova força a rota. Algumas alunas já estão comercializando seus doces e bebidas artesanais e redes feitas à mão.

Outra parceria, ainda em fase de constituição, está sendo feita com a Secretaria de Estado da Cultura (Secma). Com essa secretaria está sendo definida a construção de um inventário cultural ao longo de toda a Rota. A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente é outro órgão que passou a participar da Rota, articulando as outras secretarias municipais entre si e com o conjunto das organizações das comunidades.

Da mesma forma como se procedeu com a Rota Guaxenduba, a equipe procurou trabalhar as atividades que poderiam ser executadas virtualmente. Desse trabalho foi finalizada a logomarca e encaminhadas algumas capacitações envolvendo projetos de arquitetura com materiais típicos do local. Atualmente, o projeto aguarda a situação pandêmica ficar sob controle para retornar às atividades presenciais dando continuidade às próximas etapas do planejamento.

É importante relatar, também, que após a inauguração da Rodovia MA-320 com a transformação do turismo no município, configurou-se o turismo de massa causando alguns impactos positivos e negativos e despertando interesse de grandes investidores. O TBC tem muitos desafios por ser uma atividade que afronta interesses com o turismo tradicional ou de massa. Afronta os grandes projetos de desenvolvimento que só visam ao capital, quantidade, e não qualidade, como o Projeto de Lei do Senado n° 465, de 2018, que, ao propor uma nova limitação do PNLM, incentiva instalação de megaprojetos turísticos como resorts, cassinos, refletindo diretamente em problemas vinculados à degradação ambiental, à expulsão dos moradores de seu lugar de origem, à prostituição infantil, entre outros. Outra situação é a concessão pública do PNLM, que também gera preocupação nas comunidades quanto à expectativa de futuro e qualidade de vida.

Considerações Finais

O artigo faz uma reflexão sobre as ações que norteiam a dinâmica de iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) no estado Maranhão, na área do Território Rural Lençóis Maranhenses/Munim. O TBC é um atraente modelo para o desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental das comunidades rurais. Ambos os projetos apresentados surgem a partir do desejo das próprias comunidades, que é o primeiro elemento fundamental para implementação das práticas do TBC, e foi potencializado pelo incentivo das organizações parceiras.

Em ambas as experiências, o TBC visa formular uma estratégia de ganho econômico protagonizando o modo de vida das comunidades das rotas tendo em vista a valorização das suas práticas econômicas e culturais e preservação do patrimônio natural. Na Rota Guaxenduba, no seu primeiro momento de execução do projeto, os resultados indicaram dificuldades no processo de articulação dos atores sociais, não se assumindo como protagonistas dessas iniciativas. A parceria com o poder público municipal, apesar da presença de secretários em algumas reuniões, não se consolidou. Na Rota das Areias, o poder público municipal também não assumiu o projeto nos primeiros momentos, só acontecendo nessa última gestão.

Embora haja essa ausência de parceria efetiva, duas situações diferentes ocorreram nas rotas. Na Rota Guaxenduba, as comunidades mostram entusiasmo, mas não assumem articulação nem compromisso com as atividades propostas. Atribuem o fracasso do primeiro momento ao poder público, deixando claro, naquele contexto, uma relação de dependência e comodismo, em que se espera acontecer, e não se faz acontecer. Entretanto, uma dinâmica um pouco diferente

está se desenhando quando o projeto volta a ser trabalhado novamente, mostrando uma nova perspectiva.

Já na Rota das Areias há uma participação mais efetiva e compromissada das comunidades, mesmo com o poder público ausente do processo. A articulação e mobilização delas para a execução das atividades propostas se caracterizaram como elemento fundamental do TBC, mesmo com o projeto parado por causa da pandemia.

No planejamento dos projetos é fundamental a realização de capacitações, cursos, palestras, oficinas, feiras e outros, para a integração dos atores locais no engajamento ao TBC. Essas atividades são ferramentas de monitoramento dos projetos e estimulam o sentimento de segurança ao assumir a organização das atividades do TBC, qualificando a ação profissional.

Outro fato interessante é que o poder público, que antes não expressava nenhum interesse efetivo no início dos dois projetos, passa depois a firmar uma parceria mais atuante e interessada, embora ainda seja cedo para afirmar essa conclusão como fato real sem saber como isso se dará nos outros momentos de execução do projeto. A experiência dos projetos revela que as universidades, colegiados e consórcio público dos municípios têm sido estratégicos para apoio ao TBC. Atualmente, não existem políticas públicas voltadas para o TBC no Maranhão, o que pode ser uma das justificativas do desinteresse do poder público por esse modelo de turismo. Seria interessante que todas as iniciativas do TBC organizassem um espaço para se reunirem e discutirem estratégias e políticas de turismo com a participação das comunidades e parcerias com o intuito de fortalecer o turismo comunitário. A ausência de políticas públicas adequadas para o TBC compromete a sustentabilidade financeira de projetos. Os dois projetos em questão tinham recursos públicos obtidos por programas aprovados em editais, mas por um curto período de tempo, exigindo a obtenção de recursos por outras vias, geralmente por meio de parcerias. As parcerias com o poder público, mesmo que firmadas e um pouco mais atuantes não costumam priorizar as ações que desenvolvam o TBC.

Vimos também que as duas rotas foram pressionadas por grandes projetos de desenvolvimento. Na Rota Guaxenduba, o projeto do ferryboat, que acabou não sendo realizado. Na Rota das Areias, o Projeto de Lei do Senado n° 465, de 2018, e a Concessão de Serviços Públicos do PNLM tendem a pressionar por ocupações de veraneio e grandes empreendimentos turísticos. O TBC pode ser uma alternativa e um reforço para que as comunidades possam se manter nos seus lugares e se incluírem na atividade do turismo, haja vista que a participação e o poder de decisão no gerenciamento das atividades turísticas são considerados centrais nos processos de desenvolvimento local.

Outro item identificado para os dois projetos seria a implementação de infraestrutura básica e turística como fatores essenciais para o desenvolvimento do TBC e que perpassa o plano de trabalho dos projetos.

Um ponto muito positivo mencionado nos dois projetos é a participação ativa dos jovens. Eles relatam interesse na atividade turística e, portanto, são grandes potenciais no gerenciamento e execução do turismo no espaço rural. Eles também mencionam que não precisam mais ir embora dos locais de origem em busca de melhores oportunidades.

Apesar de o TBC apresentar muitos impactos positivos, principalmente quando comparado com o turismo de massa, é importante ressaltar que o mau planejamento e gerenciamento de iniciativas como essas pode gerar benefícios somente em curto prazo e abrir uma grande chance de no futuro ser apropriado pelo turismo que tanto o confronta. É necessário que os princípios do TBC estejam bem alicerçados para trazer qualidade de vida a todos os atores sociais desse processo.

Diante de tudo o que foi exposto, a principal conclusão obtida nos dois projetos estudados é que o turismo de base comunitária nessa região, além de propor melhorias na qualidade de vida das comunidades, vem oferecendo uma nova proposta de experiência ao turista. Isso tende a atrair e conscientizar visitantes que valorizam o intercâmbio de saberes e fazeres quando vivencia a conexão entre comunidades, cultura e natureza preservada, respeitando a sua diversidade de viver. Com todas as suas dificuldades e desafios é necessário que as práticas de TBC sejam consolidadas e se tornem realidade. A Rota Guaxenduba e a Rota das Areias promovem expectativas em trilhar um novo caminho do turismo que promova o desenvolvimento local com a esperança de vivenciar o reconhecimento e a valorização da relação integrada e sustentável entre cultura, natureza e comunidade, como elementos marcantes do TBC.

Agradecimentos

Ao Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (Labex) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), ambos da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Ao Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense (Conleste). Ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial Lençóis Maranhenses Munim (Codeter). Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). À Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão. À Prefeitura Municipal de Icatu, MA. À Secretaria do Estado do Turismo (Setur-MA). À Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (Secma). A todas as comunidades das Rota Guaxenduba e da Rota das Areias. Todos tiveram uma grande contribuição para a realização deste artigo.

Referências

BRASIL Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: 2013/2016. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/. Acesso em: 13 jan. 2021.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (*org.*). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CARADONNA, J. **Sustainability**: a history. New York: Oxford University Press, 2014. 208 p.

CORIOLANO, L. N. M. T.; GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2013.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo**: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 166 p.

GOMÉZ, C. P. *et al.* Turismo de base comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Agência de Notícias**. São Luís, s.d. Disponível em: https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/. Acesso em: 6 jan. 2021.

MORAES, E. A.; MENDONÇA, T. C. M.; PINHEIRO, C. V. Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 11, n. 1, p. 6-33, 2017.

PEREIRA JÚNIOR, M. V.; PETRUS, J. K. B. Realidades, perspectivas e desafios do planejamento e da gestão territorial dos espaços turísticos no século XXI. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 17, art. 12338, 2019.

REGO, C. A. R. M. *et al.* **Potencial para o turismo rural sustentável em trilha Guaxenduba no município de Icatu-MA**. Trabalho apresentado ao Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 7., 2016, Ouro Preto. Não paginado. Disponível em: https://cbeu.ufop.br/anais_files/46cc6005e7210127eb5ba61e-38ed99f1.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

ROCHA, M. S.; SANTOS, I. J. P. Desafios e perspectivas do turismo de base comunitária em Santa Maria de Guaxenduba – Icatu-MA. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 14., 2020, Bacabal. **Anais...** São Luís: Editora UEMA, 2020. p. 190-206. Disponível em: https://sober.org.br/wp-content/uploads/2020/09/e-ebook-anais-sober-nordeste-2019.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

RUSCHMANN, D. van De M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. 275 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária a experiência do Ministério do Turismo. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (*org.*). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

WORLD WILDLIFE FUND - BRASIL. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF Brasil, 2003. 449 p.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (*org.*). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

Literatura Recomendada

CAMPOS, D.; CASTRO, J. F. de; RODRIGUES, G. B. Construindo roteiros turísticos de forma participativa: desafios no mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE TURISOL, 2., 2015, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília: Projeto Bagagem, 2015.

COSTA, N. B. R. da. Impactos socioambientais do turismo em áreas litorâneas: um estudo de percepção ambiental nos balneários de Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema - Paraná. **Revista Geografar**, v. 6, n. 2, p. 151-181, dez. 2011.

D'AMICO, A. R. *et al.* **Lições aprendidas sobre zoneamento em unidades de conservação**: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2015. 58 p.

PINHEIRO, E. do; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.